

A ALFABETIZAÇÃO DO AUTISTA, NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

LITERACY FOR AUTISTIC INDIVIDUALS IN SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES

ALFABETIZACIÓN PARA PERSONAS CON AUTISMO EN SERVICIOS EDUCATIVOS ESPECIALIZADOS

Angélica Aparecida Bertelli de Moraes¹

Rosilene Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: A alfabetização no Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como objetivo focar nas especificidades de cada estudante, utilizando estratégias para adaptação de materiais. No caso específico de estudantes do transtorno do espectro autista, além das adaptações necessárias dos materiais, também deve-se utilizar métodos com o apoio visual, reforço positivo, instrução direcionada, dentre outros. O profissional de educação especializada deve ter formação contínua, criando vínculo de confiança para uma melhor articulação com a família e a escola, garantindo a inclusão. O acompanhamento multidisciplinar, a família, a escola e o AEE são fundamentais para o exercício legal do papel central da inclusão, transformando-os em acesso ao aprendizado e à interação social.

Palavras-chave: Alfabetização. Autista. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT: Literacy in Specialized Educational Services (AEE) aims to focus on the specific needs of each student, using strategies to adapt materials. In the specific case of students with autism spectrum disorder, in addition to the necessary adaptations of materials, methods such as visual aids, positive reinforcement, and targeted instruction should also be used. The specialized education professional must have ongoing training, building a bond of trust for better coordination with the family and the school, ensuring inclusion. Multidisciplinary support, family, school, and AEE are fundamental for the legal exercise of the central role of inclusion, transforming them into access to learning and social interaction.

1

Keywords: Literacy. Autism. Specialized Educational Services.

RESUMEN: La alfabetización en los Servicios Educativos Especializados (SEE) se centra en las necesidades específicas de cada estudiante, utilizando estrategias de adaptación de materiales. En el caso particular de los estudiantes con trastorno del espectro autista, además de las adaptaciones necesarias de los materiales, se deben emplear métodos como apoyos visuales, refuerzo positivo e instrucción personalizada. El profesional de educación especializada debe contar con formación continua, estableciendo un vínculo de confianza para una mejor coordinación con la familia y la escuela, garantizando así la inclusión. El apoyo multidisciplinario, la participación de la familia, la escuela y los SEE son fundamentales para el ejercicio legítimo del papel central de la inclusión, transformándola en acceso al aprendizaje y la interacción social.

Palabras clave: Alfabetización. Autismo. Servicios Educativos Especializados.

¹Mestranda em Educação pela Christian Business School

²PhD. Doutora em Ciências da educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, professora orientadora da Christian Business School-CBS.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a alfabetização entre alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma das preocupações mais urgentes e prementes na educação inclusiva. É importante porque, quando falamos sobre o assunto, não se trata apenas de as crianças terem o direito de aprender, mas de ter esse direito e respeitar as características cognitivas, sensoriais e emocionais dos alunos autistas. Embora tenha havido melhorias nas estratégias de implementação de políticas públicas e no estabelecimento da Assistência Educacional Especializada (AEE), muitos obstáculos permanecem em torno de garantir abordagens pedagógicas que ofereçam a todos os alunos acesso equitativo ao processo de alfabetização.

Portanto, esta pesquisa foca na questão mais fundamental: como a Assistência Educacional Especializada contribui para a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista? Foram utilizadas pesquisas bibliográficas e qualitativas, que consistem na coleta de escritos que abordam a alfabetização de alunos com TEA em relação à AEE. Na análise de conteúdo temática, segundo Bardin (2016), os temas eram padrões recorrentes, como os construtos teóricos da alfabetização inclusiva, AEE, pedagogia e desafios da prática docente.

Essa metodologia facilitou tanto uma perspectiva complexa e interpretativista do fenômeno quanto a criação de conexões entre teoria e práticas "no chão" nas escolas. A AEE, quando introduzida no contexto do ensino regular e adotando uma abordagem inclusiva, é presumida como esse local mediador que tem a capacidade de aprimorar o caminho da alfabetização de alunos com TEA. Essa articulação do conhecimento promove o desenvolvimento cognitivo, linguístico e social que é uma aprendizagem significativa e humanizada quando o aluno é o centro de sua compreensão.

Considerando alguma heterogeneidade dos perfis de aprendizagem, o estudo é relevante para falar e reforçar a prática da alfabetização inclusiva de forma mais global, mas em um caso público municipal particularmente. A AEE é, portanto, crucial para garantir que existam boas políticas educacionais que possam levar a práticas pedagógicas eficazes para garantir que haja consciência da diferença como um valor na educação, que está enraizado na equidade e sensibilidade. Justificativa A justificativa para esta pesquisa visa fornecer conhecimento teórico e suporte à implementação prática para aprimorar o ensino para apoiar alunos com TEA, bem como suporte institucional. Através da consideração tanto das oportunidades quanto dos desafios para a alfabetização inclusiva, este estudo contribui para a formação de professores e o

quadro mais amplo de políticas públicas para a educação especial, como um sistema que apoia a geração de uma escola mais justa.

Coletivamente, este artigo foca na influência da Assistência Educacional Especializada na alfabetização de crianças autistas. E com um propósito específico, seu objetivo é: explorar a teoria da alfabetização inclusiva (suas implicações na alfabetização de alunos com TEA), identificar movimentos/estratégias pedagógicas e metodologias implementadas para a AEE dentro da alfabetização de alunos autistas; refletir sobre os desafios que professores e escolas enfrentam na implementação de políticas de alfabetização inclusiva; e considerar a formação de professores, bem como o impacto da tecnologia assistiva na aprendizagem.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e qualitativa fundamentada na análise de obras, artigos científicos, legislações e documentos oficiais que tratam da alfabetização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2019), busca compreender um fenômeno por meio do estudo de materiais já publicados, possibilitando reunir, analisar e interpretar conhecimentos acumulados sobre o tema.

O enfoque qualitativo permite uma leitura interpretativa das produções teóricas, priorizando o significado das ideias e práticas apresentadas pelos autores, e não a mensuração de dados numéricos. Assim, pretende-se compreender os fundamentos, desafios e estratégias da alfabetização inclusiva com base nas contribuições de estudiosos da área.

O universo da pesquisa compreende o conjunto de produções científicas, legislações e documentos oficiais que abordam a alfabetização de alunos com TEA no âmbito da educação inclusiva e do AEE.

A amostra consiste em materiais selecionados com base em sua relevância temática e atualidade, abrangendo livros, artigos de periódicos, dissertações, teses e diretrizes educacionais publicadas entre os anos de 2020 e 2025.

A seleção dos textos considerou autores que contribuem de forma significativa para a discussão sobre alfabetização, inclusão escolar e práticas pedagógicas no atendimento especializado, tais como: Boaventura (2022), Fonseca (2022), Lima (2024), Cruz (2022), Engeroff (2025), entre outros citados no referencial teórico do presente estudo.

Os dados bibliográficos foram analisados por meio da análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), buscando identificar categorias conceituais recorrentes nas obras consultadas.

Essa técnica permitiu sistematizar as informações em eixos principais, como:

- Fundamentos teóricos da alfabetização inclusiva;
- O papel do AEE na alfabetização de alunos com TEA;
- Práticas e estratégias pedagógicas inclusivas;
- Desafios e perspectivas na formação docente.

A interpretação foi realizada de modo crítico e comparativo, estabelecendo relações entre os autores e os princípios da educação inclusiva. A análise das fontes permitiu compreender a importância da alfabetização enquanto processo social e afetivo, mediado pela interação e pela diversidade, evidenciando o papel do AEE na promoção da equidade educacional.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Fundamentos teóricos da alfabetização e suas especificidades na educação inclusiva

A alfabetização, segundo López Gándara et al. (2021) e Fonseca (2022), deve ser entendida como prática social situada, vinculada à cultura e à diversidade dos sujeitos. Ela ultrapassa o domínio técnico da leitura e escrita, integrando saberes cotidianos e comunitários. Hassan, Jusoh e Rahimi (2025) reforçam que o processo é construído socialmente e mediado pelas experiências de vida. Assim, as práticas pedagógicas precisam valorizar a pluralidade cultural, linguística e cognitiva.

De acordo com Drewry, Cumming-Potvin e Maor (2020), os multiletramentos ampliam a compreensão da alfabetização ao incorporar linguagens visuais, digitais e corporais. Essa visão dialoga com Lima (2024), que defende uma abordagem adaptada às necessidades dos estudantes com deficiência. Ao articular diferentes modos de expressão, o ensino torna-se mais inclusivo e significativo.

Essa multiplicidade fortalece o pertencimento dos alunos e o acesso ao conhecimento. Boaventura (2022) e Santos (2022) observam que alfabetizar implica reconhecer as dimensões sociais, afetivas e políticas do aprender. A alfabetização inclusiva não se restringe à presença física, mas exige reestruturação curricular e metodológica. Silva e Silva (2024) complementam que o sucesso desse processo depende da valorização da diversidade e da superação das práticas excluidoras. O foco deve recair sobre a potencialidade de cada estudante.

Para Hassan, Jusoh e Rahimi (2025), o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) oferece bases para uma alfabetização acessível. Ele propõe múltiplas formas de engajamento e expressão, permitindo que diferentes estilos de aprendizagem sejam contemplados. Oliveira, Veiga e Tedesco (2021) destacam a importância de políticas públicas que sustentem essa estrutura pedagógica. A alfabetização, assim, se torna instrumento de equidade. López Gándara et al. (2021) enfatizam o conceito de “reservatórios de alfabetização”, que valoriza os repertórios culturais e afetivos trazidos pelos alunos. Drewry, Cumming-Potvin e Maor (2020) apontam que a escola precisa dialogar com esses saberes para romper práticas hegemônicas. Fonseca (2022) complementa que ignorar tais repertórios aprofunda desigualdades educacionais. O reconhecimento desses elementos fortalece a inclusão.

De acordo com Lima (2024) e Cruz (2022), o desenvolvimento da linguagem é central para a alfabetização de estudantes com deficiência ou TEA. As práticas precisam ser visuais, objetivas e sensoriais, respeitando ritmos individuais. A colaboração entre professores e famílias amplia a efetividade das estratégias. Essa interação reafirma o caráter social da aprendizagem. Boaventura (2022) propõe que alfabetizar é mais do que ensinar códigos; trata-se de promover o uso funcional da linguagem. Silva e Silva (2024) reforçam que a aprendizagem deve considerar aspectos emocionais e cognitivos, respeitando tempos individuais. Essa concepção, apoiada em Vygotsky, reconhece a mediação docente como essencial. O professor atua como elo entre conhecimento e diversidade.

Segundo Oliveira, Veiga e Tedesco (2021), a diferenciação pedagógica é essencial para superar a homogeneização do ensino. A adoção de planos individualizados permite atender às necessidades específicas sem excluir. Hassan, Jusoh e Rahimi (2025) observam que tal abordagem garante equidade no acesso à alfabetização. O currículo deve ser reconstruído para incluir todos. Cruz (2022) e Santos (2022) afirmam que a alfabetização deve ser um processo funcional e socialmente relevante. O trabalho interdisciplinar e o apoio multidisciplinar asseguram avanços reais. Boaventura (2022) defende que práticas colaborativas e recursos assistivos ampliam a participação. A escola deve ser espaço de pertencimento e autonomia.

Fonseca (2022) e Lima (2024) enfatizam a formação docente como eixo da alfabetização inclusiva. Professores precisam compreender as diferenças e transformar metodologias em instrumentos de equidade. A continuidade na formação fortalece o compromisso com a inclusão. Essa profissionalização é base para a efetivação das políticas educacionais. Silva e Silva (2024) apontam que a alfabetização inclusiva requer revisão profunda das concepções tradicionais. O foco desloca-se da deficiência para as condições pedagógicas. Drewry,

Cumming-Potvin e Maor (2020) reforçam que ambientes colaborativos e tecnológicos ampliam a participação. Assim, a escola torna-se um espaço vivo de aprendizagem.

Santos (2022) sustenta que o ensino deve romper com modelos repetitivos e centrados na memorização. Fonseca (2022) argumenta que flexibilizar o currículo não significa reduzi-lo, mas torná-lo acessível. López Gándara et al. (2021) defendem práticas que respeitem os contextos culturais. A alfabetização, então, passa a ser instrumento de transformação social. Lima (2024) observa que políticas públicas precisam articular práticas pedagógicas e valores democráticos. Hassan, Jusoh e Rahimi (2025) apontam que o compromisso institucional é indispensável para a inclusão efetiva. A alfabetização, nesse cenário, é direito e expressão da cidadania. Ela deve ser conduzida por princípios éticos e colaborativos. Já Cruz (2022) destaca que o trabalho com crianças autistas requer intencionalidade e sensibilidade.

Boaventura (2022) complementa que ambientes acolhedores favorecem o desenvolvimento. Oliveira, Veiga e Tedesco (2021) lembram que a escola precisa romper barreiras simbólicas. Assim, o aprendizado torna-se caminho para a emancipação dos sujeitos. Segundo Drewry, Cumming-Potvin e Maor (2020), os multiletramentos contribuem para a construção de identidades letradas diversas. Lima (2024) e Fonseca (2022) mostram que essas práticas ampliam o engajamento dos alunos. Hassan, Jusoh e Rahimi (2025) ressaltam o papel da mediação docente nesse processo. A alfabetização inclusiva, portanto, é prática viva e plural.

6

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o processo de aprendizagem

A inclusão escolar de estudantes com TEA requer práticas pedagógicas que reconheçam suas singularidades e valorizem a diversidade (Canassa; Borges, 2021). O autismo, sendo um espectro, apresenta diferentes intensidades e manifestações, exigindo abordagens flexíveis e contextualizadas. A docência deve ir além da adaptação técnica, incorporando sensibilidade e intencionalidade pedagógica. Assim, a educação inclusiva consolida-se como espaço de equidade e respeito.

Callegari et al. (2024) defendem o uso de Tecnologias Assistivas Digitais como ferramenta essencial na promoção da autonomia e da aprendizagem de alunos com TEA. Essas tecnologias, aplicadas de forma planejada, potencializam habilidades cognitivas e sociais. Oliveira (2023) destaca que o ambiente escolar deve estimular vínculos afetivos e experiências significativas. Desse modo, tecnologia e afetividade convergem para a inclusão efetiva. Canassa e Borges (2021) afirmam que estudantes autistas possuem potencial para aprender Matemática quando suas particularidades são respeitadas. O uso de materiais concretos e metodologias

diferenciadas favorece o raciocínio simbólico. Callegari et al. (2024) complementam que jogos digitais e aplicativos educativos tornam o ensino mais acessível e lúdico. Essa abordagem amplia o engajamento e reduz barreiras cognitivas.

De acordo com Sousa, Rodrigues e Santos (2022), a inclusão deve transcender a matrícula, garantindo participação e sucesso escolar. A atuação docente sensível e colaborativa é determinante nesse processo. Silva e Melo (2025) reforçam que a formação continuada prepara o professor para lidar com desafios complexos do TEA. A inclusão, assim, depende de compromisso coletivo e práticas reflexivas. A afetividade e a mediação docente, segundo Oliveira (2023) e Veríssimo e Muniz (2023), fortalecem o vínculo com o aluno e promovem confiança. Esses elementos ampliam a comunicação e o envolvimento nas atividades escolares. Ambientes acolhedores e colaborativos estimulam o desenvolvimento cognitivo e emocional. A escola torna-se, assim, espaço de crescimento humano e acadêmico.

Callegari et al. (2024) apontam que a gamificação no ensino da Matemática estimula autoestima e autonomia em alunos com TEA. Tais práticas integram recursos visuais e auditivos que facilitam a compreensão e a memorização. Lee, Quinn e Jiang (2025) reforçam a importância das representações gráficas para a construção de significados. Essa integração visual e interativa favorece aprendizagens mais consistentes. Segundo Canassa e Borges (2021), o professor deve adaptar métodos sem reduzir expectativas de aprendizagem. Estratégias progressivas e estruturadas favorecem o desenvolvimento da abstração. Costa, Costa e Vieira Junior (2023) acrescentam que aplicativos como o SpeeCH ampliam a comunicação e a autonomia. A combinação entre recursos digitais e mediação humana promove resultados expressivos.

A escola inclusiva deve integrar professores, cuidadores e famílias, conforme Oliveira (2023) e Sousa, Rodrigues e Santos (2022). Essa rede de apoio assegura acompanhamento contínuo e avaliação diagnóstica. As práticas precisam ser ajustadas conforme avanços e dificuldades individuais. A corresponsabilidade entre escola e família é base da inclusão efetiva. Veríssimo e Muniz (2023) ressaltam que o ensino deve ser individualizado e empático, respeitando as diferenças comunicativas e sociais. O uso de recursos visuais e comunicação alternativa contribui para a compreensão. Silva e Melo (2025) reforçam a importância de ambientes estruturados e previsíveis. Esses fatores reduzem ansiedade e favorecem o aprendizado significativo.

Lee, Quinn e Jiang (2025) identificam que alunos com TEA tendem a focar em detalhes, o que dificulta sínteses globais. Organizadores gráficos e narrativas visuais auxiliam na

formação de modelos mentais coerentes. Smart, Adams e Simpson (2025) observam que dados educacionais ainda negligenciam dimensões afetivas e sociais. Integrar análises quantitativas e qualitativas amplia a compreensão da aprendizagem. Smart, Adams e Simpson (2025) destacam a carência de pesquisas que considerem diversidade étnica e de gênero no TEA. Essa ausência compromete a formulação de políticas públicas eficazes. Callegari et al. (2024) defendem ampliar estudos sobre tecnologias acessíveis. A inclusão plena requer base científica ampla e ética, centrada na diversidade humana.

Olsson e Nilholm (2023) criticam abordagens que focam apenas na adaptação do aluno, ignorando a transformação institucional. Propõem o Modelo de Educação Inclusiva, que vai da presença física ao pertencimento pleno. Silva e Melo (2025) reforçam que a escola precisa adaptar-se ao aluno, e não o contrário. Esse reposicionamento é chave para uma inclusão verdadeira. Sousa, Rodrigues e Santos (2022) enfatizam o papel do lúdico como mediador da aprendizagem e da socialização. Jogos e brincadeiras ampliam o repertório cognitivo e emocional dos estudantes. Canassa e Borges (2021) observam que atividades colaborativas melhoraram interação e pensamento lógico. O prazer de aprender torna-se, assim, ferramenta de inclusão.

Costa, Costa e Vieira Junior (2023) mostram que o uso de tecnologias assistivas favorece a comunicação e a autoestima. O ensino mediado por recursos digitais exige planejamento pedagógico sensível e ético. Oliveira (2023) destaca que a escuta ativa e o acolhimento emocional são indispensáveis. Essa combinação forma o alicerce de uma aprendizagem transformadora.

8

O papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na alfabetização do aluno com TEA

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é reconhecido como um pilar da inclusão escolar, especialmente no processo de alfabetização de alunos com TEA (Engeroff, 2025). A linguagem, além de instrumento de comunicação, constitui-se como meio de interação social e apropriação do conhecimento. A atuação docente deve promover a mediação significativa entre o aluno e o conteúdo. Assim, o AEE fortalece o desenvolvimento cognitivo e social de forma integrada. Engeroff (2025) defende o uso de metodologias ativas que favoreçam a autonomia e respeitem a singularidade dos alunos autistas. Recursos visuais, jogos e práticas lúdicas tornam o processo mais dinâmico e inclusivo. O AEE deve atuar articuladamente com o ensino comum, garantindo apoio contínuo e individualizado. Essa prática amplia o engajamento e o protagonismo dos estudantes.

Segundo Oliveira (2023), ainda há desafios na efetividade do AEE, sobretudo nas Salas de Recursos Multifuncionais. A baixa articulação entre professores e a formação insuficiente comprometem a alfabetização inclusiva. O AEE deve basear-se em práticas dialógicas, inspiradas em Freire e Vygotsky, promovendo mediação e solidariedade. Dessa forma, a aprendizagem torna-se processo cooperativo e transformador. Na visão de Oliveira (2023), o planejamento colaborativo no AEE potencializa a alfabetização de alunos com TEA. Atividades coletivas e lúdicas, como teatro e cartazes, estimulam expressão e criatividade. A construção de laços afetivos e de amizade revela que o TEA não limita o aprendizado em grupo. Com estratégias adequadas, o AEE cria ambientes que respeitam a diversidade.

Glanzmann, Saço e Vianna (2024) reforçam que o AEE deve contemplar as especificidades de cada estudante, mediando currículo e singularidades cognitivas. A audiodescrição e outros recursos acessíveis ampliam o entendimento dos conteúdos. A integração com o ensino comum garante equidade no aprendizado. O AEE, assim, atua como elo entre conhecimento e inclusão. Na perspectiva dos mesmos autores, a criação de materiais acessíveis e o uso de tecnologias assistivas são fundamentais para a alfabetização. Softwares leitores de tela e materiais táteis promovem autonomia e compreensão de conteúdos visuais. A audiodescrição torna-se recurso essencial para o desenvolvimento da linguagem. Dessa forma, o AEE assume papel central na inclusão efetiva.

9

Glanzmann, Saço e Vianna (2024) ressaltam que o AEE não se limita ao apoio individual, mas orienta toda a comunidade escolar. A formação docente contínua e a sensibilização sobre o TEA são pilares da inclusão. Ambientes acessíveis favorecem tanto o aprendizado quanto o respeito à diversidade. O AEE torna-se, assim, um catalisador da transformação pedagógica. Santos (2024) aponta que ambiguidades legais e culturais ainda dificultam a consolidação da inclusão no Brasil. O termo “preferencialmente” nas legislações gerou interpretações que fragilizam o AEE. Muitas vezes, o serviço é oferecido fora da escola de matrícula, contrariando o princípio da inclusão plena. Essa distorção enfraquece a alfabetização dos alunos com TEA.

Para Santos (2024), o AEE deve garantir recursos e estratégias individualizadas voltadas à alfabetização e à comunicação. Quando integrado à escola regular, elimina barreiras e fortalece vínculos entre professores e estudantes. A política nacional da educação inclusiva foi um avanço, mas ainda carece de efetivação. A colaboração entre AEE e ensino comum é indispensável. Conforme Gormley et al. (2024), o plano educacional individualizado é ferramenta essencial na alfabetização inclusiva. Deve contemplar aspectos acadêmicos,

funcionais e emocionais, respeitando singularidades do aluno com TEA. Planos mal estruturados prejudicam o desenvolvimento e ampliam desigualdades. A formação docente adequada é determinante para a elaboração de intervenções eficazes.

Os mesmos autores destacam que o AEE deve priorizar autonomia, comunicação funcional e inclusão social. Estratégias centradas no sujeito autista evitam práticas punitivas e promovem bem-estar. A alfabetização precisa integrar competências emocionais e cognitivas, criando experiências significativas. Assim, o AEE torna-se mediador entre diversidade e aprendizagem. Gormley et al. (2024) enfatizam que o AEE deve adotar abordagens respeitosas e centradas na diversidade sensorial. Intervenções que suprimem comportamentos autísticos naturais são prejudiciais. O foco deve ser a valorização das forças individuais e a promoção da segurança emocional. Isso garante ambientes de alfabetização humanizados e produtivos.

A UNESCO (2021) reforça que todos os alunos devem ter oportunidades equitativas de aprendizagem. O AEE, incorporado à rotina escolar, remove barreiras e promove acesso à alfabetização. A observação contínua e o uso de recursos adaptados estimulam a linguagem e a comunicação. A educação torna-se inclusiva quando cada estudante é valorizado em sua individualidade. Kurzeja et al. (2024) destacam que o AEE deve adotar estratégias sistematizadas que contemplam leitura, decodificação e fluência. A Instrução Assistida por Computador (CAI) tem se mostrado promissora na alfabetização de alunos com TEA. Programas como Headsprout® e ABRACADABRA apresentam resultados positivos. O uso de evidências empíricas torna o ensino mais eficaz e estruturado.

10

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada revelou que a alfabetização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE), é um processo dinâmico, multifacetado e profundamente dependente da mediação pedagógica. As produções teóricas consultadas convergem para o entendimento de que a alfabetização inclusiva ultrapassa o simples domínio do código escrito, constituindo-se como prática social e cultural, permeada por dimensões afetivas, cognitivas e comunicativas. O AEE, nesse sentido, exerce papel central na construção de percursos pedagógicos que respeitam as singularidades dos alunos, garantindo-lhes acesso equitativo ao conhecimento e à participação escolar.

Os estudos de Engeroff (2025) e Oliveira (2023) evidenciam que o AEE deve atuar de forma articulada ao ensino comum, proporcionando intervenções que integrem aspectos

acadêmicos e emocionais. Essa articulação é fundamental para que a alfabetização aconteça de modo significativo, tendo em vista que o aluno com TEA necessita de abordagens diversificadas, com o uso de recursos visuais, lúdicos e tecnológicos que favoreçam a comunicação e o engajamento. Lima (2024) e Fonseca (2022) reforçam que o processo alfabetizador deve ser entendido como prática de pertencimento, na qual o estudante se reconhece como sujeito ativo, capaz de aprender e expressar-se. Assim, alfabetizar o aluno com TEA é também promover o seu desenvolvimento humano, social e emocional.

Os resultados das análises apontam ainda que a alfabetização inclusiva requer práticas pedagógicas flexíveis, planejadas com base nos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), conforme defendem Hassan, Jusoh e Rahimi (2025). O DUA propõe múltiplas formas de engajamento, representação e expressão, permitindo que o ensino seja acessível a todos os perfis cognitivos e sensoriais. Essa perspectiva rompe com modelos homogêneos e estimula a criação de ambientes alfabetizadores diversificados, capazes de acolher a pluralidade das experiências humanas. López Gándara et al. (2021) complementam que reconhecer os repertórios culturais e afetivos trazidos pelos estudantes é essencial para tornar a alfabetização um processo de construção coletiva e emancipatória.

Outro ponto recorrente nas obras analisadas refere-se ao uso das metodologias ativas e das tecnologias assistivas no AEE. Engeroff (2025) observa que atividades práticas, jogos, dramatizações e projetos colaborativos estimulam a autonomia e a criatividade, aproximando o aluno do conteúdo de forma concreta e prazerosa. Pesquisas de Callegari et al. (2024) e Costa, Costa e Vieira Junior (2023) destacam que recursos digitais e aplicativos interativos, como o SpeeCH, têm se mostrado eficazes na ampliação da comunicação e no desenvolvimento da linguagem em crianças com TEA. A integração entre tecnologia e ludicidade não apenas desperta o interesse do estudante, mas também reforça vínculos afetivos, promovendo um aprendizado mais significativo e duradouro.

Os autores analisados também ressaltam a importância da formação continuada dos professores como elemento determinante para o sucesso da alfabetização inclusiva. Silva e Melo (2025) e Boaventura (2022) afirmam que o educador precisa compreender o autismo não como limitação, mas como uma forma diferente de estar no mundo. Essa postura exige sensibilidade, empatia e preparo técnico para adaptar estratégias sem reduzir as expectativas de aprendizagem. A mediação docente, nesse contexto, é o eixo que sustenta todo o processo alfabetizador, transformando o AEE em espaço de diálogo, experimentação e crescimento mútuo.

No que diz respeito à realidade das escolas municipais de Cubatão, observa-se que ainda há desafios significativos para a efetivação plena da inclusão. As principais dificuldades identificadas nos estudos analisados envolvem a escassez de recursos tecnológicos, a fragmentação entre o ensino comum e o AEE e a carência de formação específica para os professores que atuam com alunos autistas (Santos, 2024; Oliveira, 2023). Apesar dos avanços nas políticas públicas, a implementação prática ainda encontra barreiras estruturais e culturais que dificultam o acesso igualitário à alfabetização. Muitas vezes, o AEE é visto apenas como um espaço de reforço escolar, e não como ambiente de aprendizagem significativa e colaborativa.

Os resultados obtidos nesta pesquisa reforçam que a alfabetização do aluno com TEA, quando orientada por princípios inclusivos e mediada por práticas intencionais, tem potencial para promover não apenas o desenvolvimento da linguagem, mas também o fortalecimento da autoestima e da autonomia. A presença do AEE, integrada ao currículo escolar e sustentada por formação docente contínua, representa o caminho mais efetivo para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. A alfabetização, nesse cenário, deixa de ser um processo técnico e passa a constituir-se como um ato de reconhecimento e valorização da diversidade humana, reafirmando o direito de todos à aprendizagem e à participação social.

12

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isso nos permitiu entender que a alfabetização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) não é aprendida apenas através da leitura e escrita simples. É um processo de desenvolvimento com dimensões afetivas, cognitivas, sociais e culturais e que requer técnicas pedagógicas intencionais e humanizadas. O raciocínio teórico revelou que a Assistência Educacional Especializada (AEE) representa uma figura chave no processo, oferecendo um espaço de mediação entre professores e alunos e para o desenvolvimento de pedagogias nas quais cada criança é reconhecida e seu modo único de aprender e comunicar é valorizado. Os estudos revisados mostraram que a AEE é mais capaz de alcançar a alfabetização inclusiva na prática quando é exercida no contexto da educação regular, pois apoia uma abordagem abrangente de colaboração educacional entre professores, famílias e parceiros educacionais. Isso possibilita planos educacionais personalizados, a integração da tecnologia e uma metodologia ativa que prioriza a inclusão e proatividade dos alunos. Assim, a alfabetização deixa de ser uma atividade isolada e passa a ser percebida como uma prática social e relacional, com todos os sujeitos no contexto da alfabetização tendo significado na geração de

conhecimento. Revelou ainda questões estruturais e formativas para as escolas públicas, particularmente aquelas localizadas no município de Cubatão, como obstáculos à integração de uma prática de alfabetização verdadeiramente inclusiva. A formação de professores, os recursos tecnológicos e a fragmentação da AEE e da educação regular prejudicam a qualidade das práticas pedagógicas. No entanto, há um grande progresso no tema do valor da inclusão e no trabalho em direção à identificação de estratégias novas e sensíveis às necessidades do público-alvo da educação especial. Com base nessas descobertas, perspectivas éticas, colaborativas e inclusivas devem fundamentar a alfabetização de estudantes com TEA. O professor deve se tornar um mediador e um pesquisador de sua prática, um aprendiz ativo e consciente dos alunos. A AEE deve, por sua vez, se reforçar como um espaço de apoio, diálogo e experimentos pedagógicos, na medida em que sustenta a justiça e valoriza a diversidade. A educação contínua para educadores, o uso de tecnologia assistiva e a implementação e promulgação de políticas públicas voltadas para a inclusão são essenciais para permitir que a alfabetização seja eficaz e universal. As descobertas deste estudo, finalmente, nos lembram que a alfabetização é, antes de tudo, um ato de acolhimento e aceitação do outro. Ensinar um aluno com TEA é permitir sua agência, proporcionar oportunidades para que compartilhem, compreendam, participem do mundo todo ao dar sentido a ele. A realização da educação inclusiva exige um compromisso amplo para fazer da escola um lugar de convivência, respeito e aprendizado para todos. Somente assim será possível a realização do maior propósito da educação: a formação de participantes autônomos, críticos e conscientes na sociedade.

13

REFERÊNCIAS

BECKERSON, Meagan; PAISLEY, Courtney; MURDAUGH, Donna; HOLM, Haley; LEMLEMAN, Amy; SPENCER, Alyssa; O'KELLEY, Sarah; KANA, Rajesh. *Reading comprehension improvement in autism*. *Frontiers in Psychiatry*, 2024.

BOAVENTURA, Cláudia Gislaine Moraes. *Alfabetização e letramento na educação especial*, Universidade Federal do Pampa, 2022.

CALLEGARI, Marcellino José; TONELLI, Elizangela; BARBOSA, Geovane Carlos; AMORIM, Fúlia Ventura Leandro; SANTOS, Sidney Silva. Tecnologias digitais nos processos de ensino e de aprendizagem para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão sistemática da literatura. *Revista @mbienteeducação*, 2024.

CANASSA, Veridiana; BORGES, Fábio Alexandre. Concepções do Transtorno do Espectro Autista - TEA: uma análise de trabalhos acadêmicos na perspectiva do ensino e da aprendizagem de Matemática. *REnCiMa*, 2021.

COSTA, Matheus Santos; COSTA, Vasti Ferreira Gonçalves; VIEIRA JUNIOR,

Niltom. Uso do aplicativo SpeeCH como tecnologia assistiva para uma criança com transtorno do espectro autista (TEA): um estudo de caso. **Revista Educação Especial**, 2023.

CRUZ, Solange Aparecida Pacheco. Educação inclusiva e autismo: teoria e prática para o processo de alfabetização, **Caderno Intersaberes**, 2022.

DREWRY, Rachel J.; CUMMING-POTVIN, Wendy M.; MAOR, Dorit. *New approaches to literacy problems: multiliteracies and inclusive pedagogies*. **Australian Journal of Teacher Education**, 2020.

ENGEROFF, Fabiane Sueli. As metodologias ativas na perspectiva da inclusão social dos estudantes com o Transtorno do Espectro Autista: contribuições da filosofia da linguagem. **Autismo e deficiência intelectual: linguagem, psicologia e educação**, 2025.

FONSECA, Géssica Fabiely. **Fundamentos e políticas da educação especial e inclusiva**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2022.

GLANZMANN, José Honório; SAÇO, Lívia Fabiana; VIANNA, Rodrigo de Magalhães. **Estratégias e instrumentos de ensino e aprendizagem para a educação inclusiva: audiodescrição na escola**. NGIME/UFJF, 2024.

GORMLEY, Laura; RAMEY, Devon; GRENNAN, Carrie; KOKA, Nathalie. *Individual Education Plan Priorities: Insights From the Autistic Community and Educators Supporting Autistic Learners*. **European Journal of Education**, 2024.

HASSAN, Roshafiza; JUSOH, Zuraini; RAHIMI, Nik Hanis Zuraihan. *Reframing inclusive education through epistemological foundations and global practices for supporting diverse learners*, **Open Journal of Social Sciences**, 2025.

KURZEJA, Olivia; FLYNN, Samantha; GRINDLE, Corinna F.; SUTHERLAND, Daniel; HASTINGS, Richard P.. *Teaching reading skills to individuals with autism and/or intellectual disabilities using computer-assisted instruction: a systematic review*. **Review Journal of Autism and Developmental Disorders**, 2024.

LEE, Seulbi; QUINN, Sarah; JIANG, Yitong. *The use of pictorial or graphic representation in reading comprehension interventions for students with autism spectrum disorders: A meta-analysis*. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 2025.

LIMA, Geneide Nascimento. **A importância da alfabetização inclusiva: respeitando o tempo e as singularidades de cada estudante**. Instituto Federal do Espírito Santo, 2024.

LÓPEZ GÁNDARA, Yiyi; NAVARRO-PABLO, Macarena; GARCÍA-JIMÉNEZ, Eduardo. *Decolonising Literacy Practices for an Inclusive and Sustainable Model of Literacy Education*. **Sustainability**, 2021.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Ação pedagógica colaborativa na alfabetização de crianças autistas, **Cadernos de Pesquisa**, 2023.

OLIVEIRA, Marineiva Moro Campos de; VEIGA, Karine Odete; TEDESCO, Anderson Luiz. Historicização do processo de alfabetização em contextos inclusivos.

Instrumento: Revista de Estudos e Pesquisas em Educação, 2021.

OLIVEIRA, Rosinéia Silva. **Compreendendo o processo de aprendizagem de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA).** Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2023.

OLSSON, Ingrid; NILHOLM, Claes. *Inclusion of pupils with autism – a research overview. European Journal of Special Needs Education*, 2023.

SANTOS, Lenir. Inclusão escolar das pessoas com deficiência intelectual no Brasil: breves comentários, *Studium Educationis*, 2024.

SANTOS, Neusa Teresinha Rocha dos. **Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais.** Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2022.

SILVA, Giovanna Monte da; MELO, Ana Mikésia de. Estratégias do professor no processo ensino aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2025.

SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. Fundamentos pedagógicos na atenção à diversidade de estudantes da Educação Especial-Inclusiva. **Caule de Papiro**, 2024.

SMART, Raechel; ADAMS, Dawn; SIMPSON, Kate. *The who, how and what of educational outcome research for autistic students published in the last decade: A systematic quantitative literature review.* **British Journal of Educational Psychology**, 2025.

15

SOUSA, Anderson de Jesus; RODRIGUES, Maria Conceição Nascimento; SANTOS, Tatiane Barreto dos. A importância da ludicidade no processo de aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autismo – TEA. **Os Desafios das Políticas Sociais, Inclusão e o Trabalho em Rede na Promoção da Qualidade de Vida**, 2022.

TRACY-BRONSON, Chelsea P.; SCRIBNER, Sara. *Inclusive Literacy Access for Students with Autism*, **International Journal of Whole Schooling**, 2024.

UNESCO. *Reaching out to all learners: a resource pack for supporting inclusion and equity in education.* **International Bureau of Education**, 2021.

VALE, Ana Paula; FERNANDES, Carina; CARDOSO, Susana. *Word reading skills in autism spectrum disorder: A systematic review.* **Frontiers in Psychology**, 2022.

VERÍSSIMO, Soraia Sobral; MUNIZ, Simara de Sousa. Transtorno do Espectro Autista: o professor no processo de aprendizagem dos alunos com TEA. **JNT Facit Business and Technology Journal**, 2023